



www.enaphem.com



Modalidades do curso de Matemática da Fundação Educacional de Bauru: um ensaio para problematizações acerca da ênfase na formação específica nos cursos de formação de professores

Modalities of the Mathematics undergraduate course at Bauru Educational Foundation: an essay for problematizations about the emphasis on specific training in teacher training courses

Mariana Cristina Boaretti Cavenaghi Johansen¹

Maria Ednéia Martins²

Resumo

Nesse artigo, é apresentado um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, cujo objetivo é tecer compreensões históricas sobre o curso de Matemática da Fundação Educacional de Bauru (FEB), incorporada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), à luz da História Oral. O recorte temporal do estudo se estende da criação do curso à incorporação da referida instituição pela UNESP, 1969 a 1988. Foram constituídas, como fontes historiográficas em situações de entrevista, narrativas de docentes e estudantes que vivenciaram o curso em tela no período tematizado. A análise dos dados está sendo feita pelo estudo individual e do conjunto das narrativas, já transcritas e textualizadas, em que são atribuídos significados plausíveis às memórias dos depoentes, alicerçados em referências teóricas e no cotejamento com fontes de naturezas heterogêneas. Ao longo de sua existência na FEB, o curso de Matemática assumiu as modalidades licenciatura plena, bacharelado e licenciatura em Ciências com habilitação. As narrativas dos depoentes revelam que, em todas elas, havia uma ênfase na formação específica, que aproximava a formação dos professores à dos bacharéis. Os dados parciais dessa investigação evidenciam as potencialidades do estudo desse curso específico para a ampliação das compreensões acerca da formação de professores no Brasil e para uma escrita plural da História da Educação Matemática brasileira.

Palavras-chave: História Oral; Educação Matemática; licenciatura plena; bacharelado; licenciatura em Ciências com habilitação.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Bauru; Grupo História Oral e Educação Matemática (GHOEM); mariana.boaretti@unesp.br.

² Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Rio Claro; professora do Departamento de Matemática e do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, ambos da Faculdade de Ciências da UNESP, *campus* de Bauru; Grupo História Oral e Educação Matemática (GHOEM); maria.edneia@unesp.br.

Considerações introdutórias

Esse artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, qualitativa e de viés historiográfico, que objetiva estudar o curso de Matemática da Fundação Educacional de Bauru (FEB), incorporada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), no período delimitado entre 1969 e 1988, à luz da História Oral.

A Fundação Educacional de Bauru foi criada em 1966, pela Lei Municipal nº 1.276, de 26 de dezembro, com vistas a “[...] instalar e administrar a Faculdade de Engenharia de Bauru” (Bauru, 1966, não paginado), criada na mesma data pela Lei Municipal nº 1.277. Gradativamente, foram também instaladas a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Tecnologia e a Faculdade de Artes e Comunicações³, além do Colégio Técnico Industrial "Professor Isaac Portal Roldán" (CTI), cuja criação, instalação e manutenção houvera sido determinada, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), como requisito para a autorização do funcionamento da Faculdade de Engenharia (Bauru, 2017). A Faculdade de Ciências, em particular, foi autorizada a funcionar em 1969, pelo Decreto Estadual nº 51.578 (São Paulo, 1969). No mesmo ano, teve início nessa unidade escolar o curso de Matemática, além dos cursos de Física, Ciências, Psicologia e Desenho e Plástica (Johansen, 2019). Em agosto de 1985, o Colégio Técnico e as faculdades mantidas pela FEB foram agrupados na Universidade de Bauru (UB), por força do Decreto Municipal nº 4.497 e do Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 951 (Bauru, 1985). Mais tarde, em junho de 1988, a FEB foi autorizada, pela Lei Municipal nº 2.834, a transferir a administração e a manutenção da UB para a UNESP (Bauru, 1988). A publicação do Decreto nº 28.682, de 15 de agosto de 1988, do Governo do Estado de São Paulo concretizou a incorporação (São Paulo, 1988). Como consequência da encampação, os cursos de Engenharia e Tecnologia foram agrupados em uma unidade única, chamada Faculdade de Engenharia e Tecnologia. Com a posterior extinção dos cursos de Tecnologia, a Faculdade de Engenharia e Tecnologia deu lugar à Faculdade de Engenharia (Faculdade de Engenharia da UNESP, n.d.). Isso posto, justificamos o recorte temporal do estudo, que abrange a criação do curso em tela e se estende até a incorporação da UB pela UNESP.

³ Atual Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da UNESP – Bauru.

Essa investigação insere-se na linha de pesquisa intitulada *Projeto – Mapeamento da Formação e Atuação de Professores que ensinam/ ensinaram Matemática no Brasil*, do Grupo História Oral e Educação Matemática (GHOEM), que abarca trabalhos que tematizam como são/eram formados e como atuam/atuaram professores que ensinam/ensinaram Matemática no país, em distintos tempos, espaços, instituições e níveis escolares. Tais problematizações partem do pressuposto de que a perspectiva genérica e universalizante comumente instaurada em debates dessa natureza urge ser superada, uma vez que não se justifica nem se sustenta frente à ampla diversidade geográfica, social e cultural de um país de dimensões continentais como o Brasil (Gomes, 2014). Isso implica no resgate, tão necessário quanto urgente, das dimensões históricas da formação de professores, que não raras vezes são relegadas frente à falsa primazia que alguns educadores insistem em atribuir às pesquisas que rendem estratégias e materiais voltados à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Tal hierarquização – fruto das influências da Psicologia na Educação Matemática, sobretudo de suas contribuições com métodos qualitativos e quantitativos voltados à mensuração dos efeitos do ensino e das intervenções educacionais na aprendizagem (Silva & Miarka, 2017) – é, todavia, uma falácia. Resguardada a indiscutível importância dos estudos dessa natureza, tomá-los como os únicos esforços a serem empenhados nas searas da Educação Matemática, como se esse campo fosse sinônimo de ensino de Matemática, é um reducionismo (Garnica & Souza, 2012), que se arrisca, inclusive, a considerar “o discurso da melhoria do ensino” como um divisor de águas, ante à valoração das pesquisas da área (Silva & Miarka, 2017, p. 758).

Diante desse cenário, entendemos que o estudo de um curso de Matemática específico, em uma perspectiva historiográfica, é potencial para ampliar as compreensões acerca da formação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil e para contribuir com uma escrita plural da História da Educação Matemática brasileira, à contrapelo de uma abordagem genérica – logo, insuficiente. No que tange ao curso da FEB, em particular, defendemos que essa potencialidade reside: em sua longa duração; na sua relevância frente ao oferecimento limitado de licenciaturas em Matemática num raio de cerca de 200 km; no seu pioneirismo no município de Bauru, em uma época em que esses cursos em

cidades interioranas do estado de São Paulo eram ainda mais escassos (Martins-Salandim, 2012); e em algumas de suas particularidades, dentre as quais destacamos o oferecimento das modalidades licenciatura plena, bacharelado como complementação à licenciatura e licenciatura em Ciências com habilitação, durante o recorte temporal do estudo (Johansen, 2019).

Apostamos na mobilização da História Oral porque a oralidade desvela “[...] uma gama de realidades que dificilmente se expressa em documentos escritos” (Silva & Souza, 2007, p. 147). Todavia, fontes documentais também estão sendo mobilizadas, à medida que se mostram pertinentes para sustentar e complementar as narrativas dos depoentes. Seria, inclusive, contraditório de nossa parte despir uma pesquisa que se propõe a ser historiográfica do cotejamento entre fontes de naturezas diversas, uma vez que “a realização de entrevistas, por si só, não compõe uma operação historiográfica [...]” (Martins-Salandim & Silva, 2020, p. 6). Acerca dessa temática, concordamos com Delgado (2006, p. 24-25), ao afirmar que

História oral e pesquisa documental, normalmente, caminham juntas e se auxiliam de forma mútua [...]. Na verdade, a relação história oral e pesquisa documental é bidirecional e complementar. Ambas fornecem simultaneamente subsídios e informações à outra, tornando o processo de construção de fontes orais extremamente desafiante e rico.

Com vistas a atingirmos o propósito da pesquisa, constituímos como fontes historiográficas, em situações de entrevistas, narrativas de docentes e estudantes que vivenciaram o curso em tela no período tematizado. As narrativas dos depoentes, *Hércules de Araujo Feitosa*, *Geraldo Antonio Bergamo*, *Mara Sueli Simão Moraes*, *Verilda Speridião Kluth* e *Pedro Walter de Pretto*, em conjunto, contemplam as três modalidades assumidas pelo curso estudado. Os três primeiros depoentes são egressos do curso em foco e atuaram como docentes na FEB (e, posteriormente, na UNESP), estando Hércules ainda em exercício e os demais aposentados. Enquanto Geraldo e Mara cursaram licenciatura plena, Hércules é licenciado em Ciências com habilitação em Matemática. Verilda é graduada nas modalidades licenciatura e bacharelado e teve uma atuação como professora do curso restrita a uma disciplina ministrada em um único semestre, enquanto Pedro foi docente e assumiu cargos de liderança na instituição.

A análise dos dados, aqui compreendida como um movimento de atribuição de significados coerentes às memórias dos depoentes, com alicerce em referenciais teóricos da História da Educação Matemática e da formação de professores e no cotejamento dos dados com uma variedade de fontes de naturezas heterogêneas, está sendo feita mediante o estudo individual e do conjunto das narrativas, já transcritas e textualizadas. A partir desse estudo, estão sendo identificadas e elencadas tendências associadas à historicidade do curso, que nortearão as problematizações a serem praticadas, o que traduzirá a nossa leitura sobre a história do curso de Matemática da FEB.

As transformações na estrutura do curso de Matemática da Fundação Educacional de Bauru

O curso em tela foi criado, e é hoje oferecido pela UNESP, como licenciatura plena. Todavia, ao longo de sua existência na FEB, outras modalidades foram também assumidas, a saber: bacharelado e licenciatura em Ciências com habilitação. No que se refere ao bacharelado, nossas primeiras compreensões advieram de nossa pesquisa anterior (Johansen, 2019), também historiográfica e de natureza documental, cujos dados indicam que a modalidade fora ofertada como complementação à licenciatura. A partir desses dados preliminares, entendemos que a obtenção do título de bacharel estava condicionada à conclusão de duas disciplinas adicionais, o que, em primeira análise, sugere uma inversão do modelo de formação de professores conhecido como “3+1”.

Regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, o modelo “3+1” era estruturado em três anos de formação específica, que concediam ao graduado o título de bacharel, seguidos de um ano de complementação didática, necessária à obtenção do diploma de licenciado (Brasil, 1939). Na década de 1960, os cursos de licenciatura foram regulamentados pelo Parecer 292/1962 do Conselho Federal de Educação (CFE), que lhes atribuiu um grau equivalente ao bacharelado (Martins-Salandim, 2012), em oposição à dicotomia expressa pelo modelo “3+1”. Enquanto o Parecer nº 292 estabeleceu as disciplinas pedagógicas obrigatórias a todas as licenciaturas, o Parecer CFE nº 295, datado do mesmo ano, estipulou o currículo e a duração mínima das licenciaturas em Matemática, que deveriam ser estruturadas ao menos em quatro anos (ibid.).

Todavia, apesar de ter sido revogado, o modelo “3+1” aparentemente deixou resquícios na estruturação dos cursos de formação de professores, que carregaram em seus bojos a ênfase na formação específica. No que se refere àquele que é nosso objeto de estudo, essa característica se manifesta nas narrativas dos nossos depoentes, permeando todas as modalidades assumidas pelo curso. A título de exemplo, o trecho que segue, extraído da narrativa de Verilda, graduada no período de 1970 a 1973, retrata que a estrutura do curso de licenciatura se aproximava à de um bacharelado ainda em seus anos iniciais:

Era uma licenciatura onde você percebe características bastante aguçadas de uma Matemática Aplicada [...]. Ela tinha esse olhar de uma Matemática Aplicada, mas conservava muito bem um olhar da Matemática enquanto um campo científico, que tem seus próprios conceitos, que desenvolve suas próprias teorias e que estuda como essas teorias eram desenvolvidas. [...] Então, falando de conteúdo matemático, a minha formação foi bem sólida, bem sólida. Mas, é claro que não teve a discussão que hoje nós podemos ter nas Práticas de Ensino, no estágio, essa aproximação toda com a escola [...] (excerto da narrativa de Verilda Speridião Kluth).

Nos parece que, ao mesmo tempo em que era reconhecida, tal característica do currículo da licenciatura guardava uma intenção latente de direcionar o curso na direção de aproximar a formação do licenciado à do bacharel, conforme revelado pela narrativa de Geraldo:

Era uma licenciatura em termos formais, mas o professor Isaac Portal Roldán, que era a principal liderança do curso, sempre falava assim: “esse é um curso para formar matemáticos, quiçá professores”, era um bordão que ele tinha. Então, tinha as disciplinas pedagógicas, mas havia uma ênfase grande na Matemática superior, na forma de bacharelado [...]. A ênfase dos professores era pelo bacharelado; a ênfase dos estudantes, também (excerto da narrativa de Geraldo Antonio Bergamo).

O próprio modo como o bacharelado foi oferecido, como complementação à licenciatura, evidencia esse aspecto. A esse respeito, nossa compreensão inicial de que, para a obtenção do título de bacharel, bastava a aprovação em duas disciplinas adicionais foi corroborada e complementada pelas narrativas das depoentes Mara e Verilda:

O professor Isaac foi conversar conosco na sala, para dizer que a faculdade iria também oferecer o bacharelado [...]. Ele nos disse: “olha, com o currículo que vocês têm, com tudo o que tem na licenciatura, acrescido de algumas disciplinas, nós conseguiremos também emitir um certificado de bacharelado (excerto da narrativa de Verilda Speridião Kluth).

Enquanto nas universidades, principalmente públicas, você tinha um bacharelado e lá no finalzinho você tirava um pouquinho as disciplinas do bacharelado e colocava as disciplinas da licenciatura, na nossa, aqui, era o contrário. Era uma licenciatura e no terceiro, quarto ano, se você quisesse, você fazia o bacharelado. Então, fazia-se a licenciatura, algumas outras disciplinas para concluir o bacharelado e uma monografia (excerto da narrativa de Mara Sueli Simão Moraes).

Para além completar créditos em disciplinas, a complementação exigia a elaboração de um trabalho de formatura, que deveria ser aprovado por “[...] uma Comissão Julgadora, composta de três professores, incluído o professor orientador”, conforme disposto na Resolução nº 3 da Faculdade de Ciências da Fundação Educacional de Bauru, de 3 de abril de 1972, que estabeleceu as condições em que o bacharelado foi oferecido (Fundação Educacional de Bauru, 1972, p. 1). De acordo com a narrativa da depoente Mara, a modalidade teria sido ofertada pela última vez para a turma com ingresso no ano de 1973.

Diante do exposto, não nos parece razoável manter o entendimento de que o oferecimento da modalidade bacharelado representa uma inversão no modelo “3+1” de formação de professores. Isso porque a própria licenciatura aproximava-se mais da estruturação do bacharelado do que de ter uma identidade própria. Apesar de enfatizar que a FEB tinha “tradição em formação de professores” e que, quando aluna, sentia que “estava em uma licenciatura”, a depoente Mara referiu-se à sua formação inicial como um “pseudobacharelado”, ao refletir sobre a estrutura curricular do curso, durante a entrevista.

Em meados de 1970, a licenciatura plena foi convertida em licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática, por força de lei. Essa reestruturação foi regulamentada pela Resolução CFE nº 30, de 11 de julho de 1974, que fixou os conteúdos mínimos e a duração do curso de licenciatura em Ciências. Todavia, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada pela Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, já previa a existência das licenciaturas curtas

com habilitação, ao facultar aos professores formados nesses cursos que realizavam estudos adicionais a atuação em níveis escolares para além dos quais eram habilitados. Posteriormente, o CFE publicou a Resolução nº 37, de 14 de fevereiro de 1975, estabelecendo a implantação progressiva do curso de Ciências com habilitação até o ano letivo de 1978, quando deveria tornar-se obrigatório e, portanto, a única modalidade de formação de professores. Ademais, determinava que os cursos de licenciatura plena já existentes fossem convertidos até a data limite estabelecida (BRASIL, 1975).

Mesmo com a instauração do curso de licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática, a intenção de aproximar a formação dos licenciados à dos bacharéis fora mantida, conforme retratado pelo excerto da narrativa de Hércules:

Como nós havíamos tido o curso de bacharelado, anteriormente, e os professores nunca gostam de rasgar o projeto anterior, nós tínhamos uma quantidade bastante grande de disciplinas na habilitação em Matemática. Claro que esse curso não era um bacharelado em Matemática, mas era para resgatar, para manter uma quantidade razoável de disciplinas de Matemática na nossa formação [...]. Eles não queriam perder integralmente aquele tipo de formação do bacharelado dos anos anteriores, que julgavam que era interessante, que era conveniente (excerto da narrativa de Hércules de Araujo Feitosa).

Em consonância com os relatos dos nossos depoentes, em estudo que tematiza o movimento de expansão dos cursos que formavam professores de Matemática em cidades interioranas do estado de São Paulo nas cercanias dos anos 1960, Martins-Salandim (2012) discute que as licenciaturas em Matemática mantinham estruturas próximas à do bacharelado, além de caracterizarem-se “[...] como decorrência de outras formações, como uma opção a mais ao formado e/ou como mero atendimento a imposições legais” (ibid., p. 347).

Considerações finais

Apesar de serem parciais e ainda carecerem de maiores cotejamentos com fontes de outras naturezas, os dados parciais de nossa investigação, a que demos destaque nesse artigo, sinalizam que o estudo do curso de Matemática da

Fundação Educacional de Bauru é potente para suscitar problematizações nos âmbitos da História da Educação Matemática e da Formação de Professores, ao mesmo tempo em que evidenciam as potencialidades da mobilização de fontes orais em estudos de natureza historiográfica.

Condizentes com a concepção de história por nós assumida, que nega a unicidade da verdade, assumimos que a nossa leitura sobre os aspectos históricos do curso em tela é uma dentre uma infinidade de possibilidades, que estão sujeitas a contestações, interpretações e reinterpretações as mais variadas, a serem feitas pelas lentes de outros pesquisadores, o que enriquece ainda mais os campos de investigação em que se insere.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Referências

Bauru. (1966). *Lei Municipal nº 1.276, de 26 de dezembro de 1966*. Cria, neste município, a “Fundação Educacional de Bauru”. Prefeitura Municipal de Bauru. https://sapl.bauru.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=1326&texto_original=1.

Bauru. (1985). *Decreto nº 4.497, de 16 de agosto de 1985*. Estabelece a data do início de funcionamento da Universidade de Bauru. Prefeitura Municipal de Bauru. https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/documentos/decretos/dec4497.pdf.

Bauru. (1988). *Lei nº 2.834, de 2 de junho de 1988*. Autoriza a Fundação Educacional de Bauru a transferir a administração e manutenção da Universidade de Bauru à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Bauru. https://sapl.bauru.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=2935&texto_original=1.

Bauru. (2017). *Moção nº 23, de 2017*. Moção de Aplauso à Fundação Educacional de Bauru, à Faculdade de Engenharia de Bauru e ao Colégio Técnico Industrial [...]. Câmara Municipal de Bauru. https://sapl.bauru.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=159853.

Brasil. (1939). *Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939*. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-norma-pe.html>.

Brasil. (1975). *Resolução nº 37, de 14 de fevereiro de 1975*. Dispõe sobre a implantação progressiva do curso de licenciatura em Ciências, a que se refere a Resolução n.º 30/74. Conselho Federal de Educação.

Delgado, L. A. N. (2006). *História Oral: memória, tempo, identidades*. Autêntica.

Faculdade de Engenharia da UNESP. (n.d.). *Sobre a FEB. Histórico*. <https://www.feb.unesp.br/#!/instituicao/historico/>.

Fundação Educacional de Bauru. (1972). *Resolução nº3/FC/72, de 3 de abril de 1972*. Faculdade de Ciências.

Garnica, A. V. M., & Souza, L. A. de. (2012). *Elementos de história da educação matemática*. Cultura Acadêmica.

Gomes, M. L. M. (2014). Formação e atuação de professores de matemática, testemunhos e mapas. In A. V. M Garnica (Org.). *Cartografias contemporâneas: Mapeando a formação de professores de matemática no Brasil* (pp. 11-37). Appris.

Johansen, M. C. B. C. (2019). *Um estudo dos anos iniciais do curso de Matemática da Fundação Educacional/Unesp de Bauru: licenciatura plena, licenciatura com habilitação e bacharelado*. (Relatório de Iniciação Científica). Bauru: Universidade Estadual Paulista.

Martins-Salandim, M. E. (2012). *A interiorização dos cursos de matemática no estado de São Paulo. Um exame da década de 1960*. (Tese Doutorado em Educação Matemática). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.

Martins-Salandim, M. E., & Silva, K. A. da. (2020). Entre facas e motosserras: problematizando práticas de pesquisa com História Oral. *Ciência & Educação*, 26, 1-15

São Paulo (Estado). (1969) *Decreto nº 51.578, de 21 de março de 1969*. Dispõe sobre autorização de funcionamento da Faculdade de Ciências, da Fundação Educacional de Bauru. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-51578-21.03.1969.html>.

São Paulo (Estado). (1988). *Decreto n. 28.682, de 15 de agosto de 1988*. Altera a redação de dispositivos do Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", aprovado pelo Decreto n.º 9.449, de 26 de janeiro de 1977. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1988/decreto-28682-15.08.1988.html>.

Silva, H. da, & Souza, L. A. de. (2007). A história oral na pesquisa em educação matemática. *Bolema*, 20 (28), 139-162.

Silva, M. A. da, & Miarka, R. (2017). Geni, a Pesquisa em [E]ducação [M]atemática e o Zepelim. *Perspectivas da Educação Matemática*, 10 (24), 256-757.